
Margareth Rago é historiadora, formada pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado e doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora livre-docente do Departamento de História da Unicamp, aposentou-se em 2015 e vinculou-se ao mesmo departamento como professora colaboradora.

[Acervo] Quando analisamos sua trajetória e produção intelectual percebemos logo que você é uma historiadora dos sujeitos desviantes, das experiências que se constituem nas margens, desestabilizadoras da norma, do hegemônico. Ao resgatar as experiências de prostitutas, anarquistas, feministas, você demonstra uma visível preocupação com a questão do agenciamento desses sujeitos, das estratégias que desenvolvem como reação aos dispositivos e mecanismos de regulação e normatização social. Esse tipo de narrativa histórica apresenta significativo potencial para o empoderamento daquele(as) que a consomem, no sentido de ajudá-los(as) a ter maior consciência de como se operam na cultura os processos de objetivação e subjetivação e, nesse sentido, de agir em relação a eles. Ao produzir suas pesquisas, isso é algo que você pensa, que a instiga? É possível dizer que você é uma historiadora libertária?

[Margareth Rago] Considero um elogio me chamar de historiadora libertária e agradeço. Na verdade, o esforço e o investimento nas pesquisas que realizei tiveram como objetivo dar uma contribuição e fazer a diferença para os setores excluídos da história, desde longa data. Creio que, por isso mesmo, demorei uma década entre me formar em história na Universidade de São Paulo (USP), em 1970, e fazer pós-graduação em história na Unicamp, com meus antigos colegas de graduação. Buscava algo que me motivasse profundamente, que desse sentido ao meu trabalho e à minha vida. Era uma questão política e existencial, além de profissional. E custei a encontrar, mesmo porque, em 1970, ainda não havia nascido o Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, nem Foucault havia publicado *Vigiar e punir* ou *História da sexualidade I* – que são de 1975 e 1976 –, nem eu conhecia os anarquistas do meu país. O movimento feminista engatinhava, mesmo que em sua chamada “segunda onda”. Mas fui cursar a graduação em filosofia, na USP, em 1976, e nesse momento o mundo começava a se abrir novamente, já que, ao mesmo tempo, murmurava-se o fim da ditadura e havia rumores do surgimento dos “novos movimentos sociais”.

Ao longo da pesquisa que desenvolvi com a imprensa anarquista das décadas iniciais do século XX, em São Paulo e no Rio de Janeiro, para a realização do mestrado, no início dos anos oitenta, e que resultou no livro *Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*, fui descobrindo não apenas a riqueza do anarquismo, suas propostas, interpretações, teorias, como a história do movimento anarquista, dos grupos libertários que viveram no Brasil nesse período e que, até então, eram absolutamente desconhecidos. Finalmente, quando o livro foi publicado, em 1985, recebi um telefonema do Jaime Cubero, velho militante

anarquista, convidando-me para apresentar esse trabalho no Centro de Cultura Social, no Brás, antigo bairro operário... Imagine meu espanto e alegria! Sempre ouvia dizer que os anarquistas não existiam mais, que haviam morrido com a derrota da Revolução Espanhola, em 1939, e eram tempos de ditadura, em que os encontros se tornavam absolutamente impossíveis. Foi um encontro inesquecível! Parecia que nos conhecíamos desde sempre, e experiências desse tipo começaram então a se suceder.

É claro que, para mim, a história é fundamental, necessária para nos fortalecer, enraizar, dizer quem somos, de onde estamos vindo... Aliás, adorei o “museu” do filme *Bacurau*, do Kleber Mendonça, tem tudo a ver. Do mesmo modo, adoro quando o líder indígena Ailton Krenak afirma que, antes de chegar esse “clube da humanidade” dizendo quem são os humanos com direito à vida, os indígenas já existiam, têm história, “nosso único banco de dados”, como afirma um historiador famoso.

[Acervo] *O feminismo tem se constituído como um tema de análise recorrente ao longo da sua trajetória como historiadora. Você se debruça sobre seus sujeitos, suas histórias, suas representações. Tanto que se tornou referência obrigatória para quem pretende estudar a história do feminismo no Brasil. Nesse sentido, poderia nos relatar um pouco da sua trajetória como historiadora feminista e dos feminismos? Falar de algumas temáticas/problemáticas às quais tem se dedicado, enfatizando fontes e acervos que servem de base para suas pesquisas históricas sobre o tema?*

[Margareth Rago] Quase toda feminista reconhece que teve muitas atitudes feministas na vida, desde cedo, mas que não sabia identificá-las como feminismo. Posso dizer o mesmo. Até os vinte anos, em 1970, falava-se muito pouco em feminismo no Brasil, mesmo sendo estudante de história na USP e participando do movimento estudantil. Éramos marxistas e acreditávamos que o importante era a luta social geral... O feminismo foi chegando no meu “segundo turno”, quando fui fazer filosofia, na USP novamente, em 1976, e encontrei jovens falando do aborto, da emancipação feminina, do direito ao corpo.

Esses temas obviamente faziam parte da minha vida, afinal passei pelo “maio de 68”, atuando nos meios estudantis e defendendo essas causas, mas a ideia de que o importante era a revolução social, o fim das desigualdades entre as classes, a revolução proletária, tomava todo o espaço. As mudanças foram acontecendo, entre a descoberta do anarquismo, que pregava o amor livre, o prazer sexual para as mulheres, o encontro com a anarcofeminista Maria Lacerda de Moura, e o feminismo que começava

a se constituir no país, com intelectuais e militantes hoje muito conhecidas, como Heleieth Saffiotti, Heloisa Buarque de Holanda, Maria Lygia Quartim de Moraes, Suely Koffes, Amelinha Teles, Crimeia Schmidt, entre muitas outras.

Quando estudava o movimento anarquista no Brasil, já vinha munida de muitas das reflexões e conceitos de Michel Foucault, que apontava para as formas de sujeição, de disciplinarização social e de medicalização do corpo, que falava em biopoder, biopolítica e em temas que ninguém sequer havia pensado, como a história da loucura, da prisão e da sexualidade. Entre Foucault, Deleuze, anarquismo e feminismo, fui chegando aos temas que me interessavam, em especial, a história da sexualidade e da medicalização do corpo feminino, e é claro que esses temas me ajudavam a me situar, a entender minha rejeição à figura normativa da mulher. Eu buscava meu espaço nessas pesquisas, consciente ou inconscientemente, mas isso não importava, então. Daí, decidi estudar a história da prostituição, entendendo que seria um excelente caminho para desestigmatizar não só as prostitutas, mas todas as mulheres, que, até essa época, aprendiam a moral cristã, que não deveriam sentir desejo sexual, a não ser comedidamente e para reprodução, que deveriam casar-se e servir à família em primeiro lugar.

Mais recentemente, estou aprendendo novamente com Foucault, com seu último livro *Les aveux de la chair* (2018), que a maldição de Eva, responsável pela queda da humanidade, desde o século I, foi retomada pela teoria da degenerescência, no século XIX, na qual se destaca o famoso doutor Cesare Lombroso, nome de rua e de shopping em São Paulo e autor de *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*. Nesse livro, o pai da criminologia explica que as prostitutas são “degeneradas-natas”, mulheres que têm quadris largos, testa curta, são tagarelas, desarticuladas, egoístas, gostam de gatos e não querem ser mães... O equivalente masculino é o “delinquente-nato”, vagabundos, criminosos, anarquistas, comunistas, perversos, a lista é longa.

[Acervo] *Em alguns dos seus artigos mais recentes você discute a feminização da cultura nas últimas décadas, advinda da entrada maciça das mulheres no espaço público, incluindo aí o campo científico. Poderia nos falar um pouco mais sobre esse processo histórico e o quanto ele tem impactado as relações sociais e as formas como concebemos o mundo atualmente?*

[Margareth Rago] Entendendo que a produção feminista investia muito na denúncia das formas de opressão das mulheres, o que considero

absolutamente necessário, decidi partir para um outro caminho, aquele que mostrasse o lado positivo e transformador da entrada das mulheres na cena pública, a maneira pela qual, trazendo outras experiências, referências e interpretações, as mulheres contribuem para transformar e ampliar o mundo masculino, pautado por valores e interpretações geralmente conservadoras, misóginas, herdeiras dos ensinamentos de Agostinho, de sua influente mãe, santa Mônica, e da medicina vitoriana, desde o século XIX, também herdeira do cristianismo.

Achei que deveríamos não apenas dar visibilidade às mulheres escritoras, artistas, cineastas, cientistas, engenheiras, arquitetas, médicas, políticas, mas também teorizar sobre suas práticas, evidenciando como subvertem a cultura dominante e o imaginário social. Assim, está claro que as mulheres trazem outras concepções de política, corpo, beleza, saúde, sexualidade, feminilidade e maternidade, e, para fundamentar essas reflexões, foi fundamental recorrer à “filosofia da diferença”, em especial a Foucault, Deleuze, Derrida, entre outros, e às teóricas feministas que se referenciam por essa filosofia, como Tania Swain, Norma Telles, Ivone Gebara, no Brasil, e Judith Butler, Wendy Brown, Margaret McLaren, Johanna Oksala, Dianna Taylor, Elisabeth Grosz, Rosi Braidotti, entre muitas outras, no exterior. Logo, aprendi com a feminista grega Eleni Varikas, quando deu um curso na Unicamp, em meados dos anos oitenta, a importância de pensar o conceito de filoginia, oposto a misoginia. Aos poucos, fui notando que o movimento feminista e as mulheres, em geral, produziam efeitos muito positivos na vida social, forçando todo mundo a “tirar os bobes da cabeça” e perceber que precisavam deixar de ser misóginos. Abriu-se para mim a possibilidade de pensar em um mundo filóginos, aquele em que a cultura feminina não seria mais desqualificada como desnecessária, pobre e inferior, o que de fato aconteceu.

Atualmente, é visível o impacto que traz o feminismo negro, não apenas com a publicação de antigas autoras como Angela Davis, que marcou fortemente a minha geração, na década de 1970, mas as jovens brasileiras, que não apenas recuperam as pioneiras, como Lélia Gonzalez e Suely Carneiro, mas que produzem novas leituras de suas experiências, da história do racismo, recorrendo também a importantes autores, como Achille Mbembe. Fica claro que hoje é impossível pensar as desigualdades e hierarquias de classe e de gênero sem se referir às questões raciais, às formas de exclusão e humilhação por que passam as mulheres negras e certamente os homens negros também. E o “feminismo comunitário”, proposto pelo grupo Mujeres Creando, da Bolívia, que reúne muitas indígenas, camponesas, intelectuais, traz experiências de solidariedade

fundamentais para todas nós, ampliando as possibilidades de conexão para fora da “filosofia do sujeito” ou “da representação”.

[Acervo] *Parece-me que essa perspectiva filógina vem caracterizando fortemente os feminismos contemporâneos, que buscam, além de denunciar desigualdades de gênero e avançar na questão da equidade, também resgatar e valorizar as perspectivas das mulheres. São muitas iniciativas e projetos de/ sobre/para mulheres, comprometidos com a questão da representatividade, da união, da sororidade. Ao mesmo tempo, algumas feministas, como a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, defendem que essa ética feminista precisa ser alargada, incluindo a sociedade como um todo. Então, minha questão para você, como historiadora feminista e dos feminismos, é sobre como podemos localizar esse momento atual do feminismo na sua história mais ampla. Você acha que chegamos a um momento de conciliação entre as correntes igualitaristas e diferencialistas?*

[Margareth Rago] *Creio que o feminismo sempre propôs a construção de redes de solidariedade e amizade entre as mulheres, senão esse movimento não teria sido possível, nem teria se expandido da maneira como o fez, ao longo dos últimos 50 anos. É muito impressionante o crescimento e a explosão dos feminismos, agora no plural, com uma ramificação incrível de grupos, com seus interesses específicos, de leituras, temas, reflexões, de interferências em todas as áreas da vida social, cultural, intelectual e econômica. Vale notar que a esquerda nunca conseguiu se unir da maneira como fez e faz o movimento feminista. Trotskistas, comunistas, anarquistas sempre racharam e se enfraqueceram com disputas internas, para a alegria da direita. Na contramão dessas posições, as feministas, embora críticas e briguentas inclusive entre si, conseguiram manter uma certa coesão, abrindo-se para discutir as novas tendências e pautas. Lembro-me das enormes discussões que trouxe a entrada da categoria gênero, a partir de 1990, no Brasil, o que já havia também acontecido nos Estados Unidos. Muitas feministas entenderam que, com o gênero, teríamos de falar também dos homens, e, mais uma vez, abriríamos mão de nossos interesses para colocar o foco neles... Ainda assim, não houve um racha e surgiram vários núcleos de estudos das mulheres e do gênero. Do mesmo modo, o surgimento dos estudos queer também não significou a sua rejeição e exclusão, muito embora haja feministas que recusem determinados temas e teorias. Em suma, acho que os feminismos se construíram, desde os anos setenta, unindo-se, dialogando, acrescentando, criando redes de solidariedade, expandindo incrivelmente os campos de*

atuação, da luta por políticas públicas à feminização da área médica ou do ensino da história, que então passava a se ocupar das mulheres, do corpo feminino, da vida no privado. Coisas de mulheres...

[Acervo] *Li uma entrevista que você concedeu à revista Época, em 2015, e me chamou bastante atenção sua acertada interpretação a respeito desse novo momento do feminismo, cujos meios e capacidade de mobilização são totalmente novos e têm definido largamente as formas a partir das quais se constroem os diálogos e as relações entre as(os) feministas e os grupos com os quais procuram estabelecer interlocução. Assistimos, nos anos recentes, a uma ampliação enorme do debate feminista no Brasil, tanto por conta das possibilidades de divulgação propiciadas pelas novas tecnologias em rede, quanto pelo contexto político reacionário em relação às pautas das mulheres. “O feminismo está na moda, virou pop”, como você mesma disse à revista Época em 2015. E, de lá para cá, isso parece ter se acentuado ainda mais. O feminismo está nas redes, nas ruas, nos produtos de consumo. Por vezes, abordado de maneira extremamente superficial e estereotipada. O que você tem a falar sobre isso? Como conciliar essa apropriação capitalista do feminismo com sua almejada e bem-vinda (des)guetização?*

[Margareth Rago] Você toca em um ponto fundamental, a meu ver, ao pensar nos feminismos em nossos dias. Sem dúvida, a governamentalidade neoliberal – termo que Foucault cria para falar dessa nova tecnologia do poder, a “condução ou governo das condutas” pelo poder pastoral – nos ameaça a todos e todas, ao ter como objetivo não apenas as privatizações e o fim dos direitos sociais, mas a produção da subjetividade neoliberal. Trata-se, segundo Foucault, de formar o “empresário de si mesmo”, um indivíduo que se pensa como empresa, devendo elevar a rentabilidade de seu “capital humano” pessoal, segundo a teoria de Gary Becker, economista da Escola de Chicago, falecido em 2014. Christian Laval e Pierre Dardot, em *A nova razão do mundo*, criaram a noção de “neossujeito”, referindo-se a essa nova figura, que se pensa como autônoma, inovadora, criativa, mas que, na verdade, experimenta uma forma sofisticadíssima de sujeição, ao ter sua vida totalmente gerenciada pelos valores do mercado, pela racionalidade empresarial, devendo assumir todos os riscos, sob pena de ser considerado um loser ou fracassado. O psicanalista Aldo Ambrózio estudou profundamente o tema em seu recente livro, *Empresariamento da vida: discurso gerencialista e processos de subjetivação*.

O movimento feminista realizou importantes avanços em múltiplas dimensões da vida das mulheres e da coletividade, mas ainda são

relativamente limitadas as reflexões sobre a produção da subjetividade, em que pese a enorme experiência de crítica à identidade feminina tradicionalmente valorizada. A discussão sobre a subjetividade, a liberdade e a ética coloca-se também para os feminismos como um dos grandes desafios, especialmente quando se percebe a falência dos discursos tradicionais da esquerda, o crescimento das forças conservadoras e reacionárias no capitalismo empresarial globalitário, que visam inibir a potência da vida em todos os níveis, o fortalecimento dos fundamentalismos, da intolerância e dos preconceitos que bloqueiam os encontros e as conexões possíveis. Produzir novas e criativas formas de existência, contextos mais humanizados de sociabilidade e de formação de subjetividades éticas é fundamental se desejamos construir um mundo menos misógino, violento e desigual. Nessa direção, são de extrema relevância as discussões sobre as “políticas do comum”, trazidas por vários autores, como Toni Negri, Pierre Dardot, Christian Laval e Silvia Federici, entre outros, opondo-se à expansão neoliberal avassaladora.

A partir de convite da *Acervo*, a entrevista foi realizada por Anadir Miranda, doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero dessa instituição.